Os Sentidos e a Razão na Regra XII da Obra "Regras para a direção do Espírito" de Rene Descartes

Geovânia Nunes de Carvalho Xavier (UFS)
Orientador: Edimilson Meneses

Este trabalho tem por finalidade percorrer a Regra XII da obra *Regras para a direção do espírito* de René Descartes, focalizando os sentidos e a razão na elaboração e na construção do verdadeiro conhecimento. A atuação isolada e a vulnerabilidade a que os sentidos estão expostos, demonstram a ausência de ordem relacionai entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido. Descartes analisa os sentidos, responsabilizando-os pelos equívocos da razão. Quanto a razão, o pensador vai afirmar que somente esta, utilizando-se do método, será capaz de conhecer. Portanto, é preciso que o homem, no empenho de conhecer a verdade nas Ciências e na Filosofia, saiba, primeiramente, distinguir o que realmente pode lhe possibilitar o conhecimento ou conduzir-lhe ao erro.

Seguindo o raciocínio cartesiano, adentraremos na Regra XII com o objetivo de entender os conceitos e as implicações de cada um dos termos apresentados pelo autor pois, só a partir dessa apreensão, podemos compreender o que é CONHECER.

A Regra XII nos chama a atenção para dois aspectos, a saber: "*nós, que conhecemos e os objetos a conhecer*" [1] Ao fazer esta observação, Descartes abre as portas para a modernidade no momento em que aponta o sujeito como aquele que, ao utilizar corretamente das regras, é capaz de conhecer e estabelecer relação com o objeto a ser conhecido. Há, portanto, uma inversão na ordem que até então determinava o conhecimento. Dessa forma, a proposta cartesiana afasta a passividade do sujeito estabelecida pelo modelo medieval. Com Descartes, o sujeito dá um salto qualitativo que culmina na ação reflexiva. Para tanto, as regras são o suporte racional necessário que conduz bem o sujeito na formulação e apreensão do conhecimento. Podemos então caracterizar essa inversão como o momento original da modernidade, ou seja, o marco divisor entre o pensamento antigo e o pensamento moderno.

Se para a tradição o conhecimento da verdade obedece à ordem do intelecto divino, para Descartes a verdade é de ordem puramente intelectiva. Segundo ele, há quatro faculdades que nos possibilitam conhecer. Porém, só o "*entendimento é capaz de ver a verdade*"[2]. Logo, a imaginação, os sentidos e a memória nos servem apenas de auxílio no processo de revisão ou indução/enumeração, exposto nas regras III e XI.

O pensamento cartesiano está centrado na razão metódica. Portanto, desprezar os sentidos e toda forma de conhecimento decorrente deles é um procedimento a que Descartes recorre exaustivamente. Em suas obras, *Discurso do Método* e *Meditações*, vamos encontrar o gume de sua teoria. Para o filósofo, não é bastante reconhecer os sentidos como algo que conduz o sujeito ao erro, mas é preciso identificá-lo e estar sempre alerta para as confusões que eles podem causar. Os sentidos, para Descartes, merecem uma atenção especial. Eles camuflam a verdade, não só quando a precipitação encerra uma investigação racional, mas também quando imbuídos

do costume e do hábito, porque proclamam pela boca do sujeito um conhecimento equivocado. Especialmente na segunda parte do *Discurso do Método*, Descartes apresenta quatro regras ou preceitos pautados nos princípios matemáticos. Em outras palavras, a verdade nas Ciências e na Filosofia deve comportar as características da Matemática ou seja, a universalidade , a evidência, a clareza e a intemporalidade.

O primeiro preceito é o da evidência e consiste em não aceitar como verdadeiro aquilo que se apresenta como verossímil. Nos diz o filósofo:

> "(...) *nunca aceitar algo como verdadeiro que eu não conhecesse claramente como tal; ou seja, de evitar cuidadosamente a pressa e a prevenção, e de nada fazer constar de meus juízos que não se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito que eu não tivesse motivo algum de duvidar dele*" [3]

A regra nos alerta para o perigo da precipitação e a prevenção em emitir um juízo sem que o objeto de conhecimento se apresente de forma clara, precisa e evidente. Com efeito, não pode haver dúvida sob a luz da razão. Neste sentido, nas *Meditações*, notadamente na primeira, Descartes aponta os sentidos como a fonte de erros, pela qual sua vida fora alicerçada. O conhecimento, que até então julgava verdadeiro, não passava de um conjunto de hábitos, costumes e crenças adquiridos consensualmente, através da educação e de opiniões imprecisas.

> *"Até o momento presente, tudo o que considerei mais verdadeiro e certo, aprendi-o dos sentidos ou por intermédio dos sentidos; mas às vezes me dei conta de que esses sentidos eram falazes, e a cautela manda jamais confiar totalmente em quem já nos enganou uma vez"* [4]

Portanto, a facilidade e a imediatez pelas quais os sentidos se arrogam concluir uma verdade são, contudo, o veículo que conduz a razão ao erro.

1. Como conhecemos

1.1. Modo espontâneo

Voltando para a Regra XII, nosso objeto de reflexão, Descartes anuncia que três coisas devem ser analisadas primeiramente, para se chegar à conclusão de como se concebe o conhecimento. São elas: primeiro, o que se apresenta espontaneamente; segundo, como se conhece por outro um determinado objeto e, terceiro, que deduções se podem tirar de cada um deles.

No primeiro momento, Descartes nos explica o modo de conhecer, partindo da assertiva que só o entendimento é capaz de apreender a verdade. Segundo ele, os sentidos não prescindem da realidade ou exterioridade, portanto, são *passivos* de sensações que abrigam uma variedade de formas, de cores, de figuras, extensão e semelhantes. Os sentidos acolhem o *movimento* e a *pluralidade*, dificultando a *intuição*. Com efeito, é a *intuição* o primeiro passo para se conhecer verdadeiramente, quer

seja na Filosofia ou nas Ciências. Esse fato nos leva a concluir que, dos sentidos, não podemos extrair nenhuma certeza que nos possibilite a apreensão do conhecimento. Todas as particularidades que o mundo sensível abriga não promovem uma ordem de relação necessária entre si ou ainda, entre si e o sujeito que conhece.

Descartes concebe o corpo como um conjunto de sentidos, exposto e vulnerável à realidade exterior a ele. Além disso, cada sentido age e apreende a exterioridade, isoladamente, de acordo com sua aptidão, a exemplo do olho que vê, o ouvido que escuta e assim por diante. Essa particularidade, própria dos sentidos, caracteriza a passividade do corpo ante a realidade e a falta de conexão entre eles, justificando a ausência de ordem ou relação. Os sentidos apenas captam as impressões exteriores. Uma vez que estas encontram-se constantemente em movimento, os sentidos são, com efeito, acionados por este mesmo movimento ou por algum objeto. Logo, os sentidos não possuem autonomia nem mesmo para determinar onde e como agir. Estão à mercê da contingência, do movimento ou do imediato, sem que sua ação seja regida por um ato de reflexão ou mesmo deliberação própria.

Em seguida, Descartes nos apresenta o *sentido comum* como o local para onde são transportadas as impressões e as sensações apreendidas isoladamente pelos sentidos. Segundo o filósofo, a relação das partes superior e inferior de uma pena, quando desenha letras isoladas num papel, possui maior conexão que a ação dos sentidos ou das partes do corpo. Ao observar o movimento da pena, Descartes percebe que ele é impulsionado por um sentido externo. Todavia, esse movimento vai de uma extremidade à outra, em direção contrária e simultaneamente. Há portanto, uma relação motriz, embora se considere que da parte superior da pena nada de real se efetive. Com este exemplo o pensador demonstra que existe maior conexão entre as partes de um objeto que entre as partes do corpo humano. Logo, uma ação setorizada não pode compreender o entendimento, pois este obedece aos critérios de ordem, relação e necessidade. Desse modo, tanto os sentidos como as partes do corpo são afetados, isoladamente, pela exterioridade, por isso, não comportam a ação do entendimento. Deles a afecção é compreendida como algo puramente perceptível e contingente, uma vez que a ausência da ordem de relações favorece o erro. Por conseguinte é necessário que as ações apreendidas pelos sentidos e pelas partes do corpo de forma isolada, sejam organizadas para que a partir de então, possam auxiliar o sujeito na aquisição do conhecimento.

O sentido comum é um canal aberto para receber e codificar as impressões captadas pelos sentidos e, tal como um selo, registrar e armazenar mensagens, ou seja, é ao mesmo tempo receptor e emissor, desde que neste último caso, seja solicitado. Nessa instância, o sentido comum é também chamado de *memória*, por sua grandeza e capacidade de distinguir as várias formas apresentadas pelos sentidos.

Descartes nos fala ainda sobre a

> "*força motriz* ou os *próprios nervos, que têm sua origem no cérebro, onde se encontra a fantasia, pela qual são movidos de maneiras diferentes, tal como o sentido comum o é pelo sentido externo ou como a pena inteira pela parte inferior*".[5]

O objetivo desse exemplo é nos mostrar que tudo o que se apresenta espontaneamente/externamente não nos permite conhecer. Caso contrário, aqueles que apenas distinguem as coisas pela força do hábito, movidos ou guiados pela fantasia ou sentidos externos, bem como os animais, conheceriam a verdade nas Ciências e na Filosofia. Contudo, não é o que a história do conhecimento tem atestado.

Concluindo o primeiro momento, Descartes nos alerta que é preciso conceber a força pela qual conhecemos como algo distinto dos sentidos. Somente ela é capaz de ordenar as impressões recebidas dos sentidos, bem como da fantasia ou da imaginação ou da memória. Essa força "*é puramente espiritual*"[6] nos diz Descartes. É única e distinta do corpo. Prima pela ordem, pela simplicidade e pela universalidade, ou tão somente, pelos princípios matemáticos, evidenciados em toda obra cartesiana. Descartes a denomina de "*força espiritual ou força cognoscente*"[7] , atribuindo-lhe o caráter passivo (quando recebe informações externa) e ativo (quando finalmente compreende).

> *"É uma só e mesma força que, ao aplicar-se com a imaginação ao sentido comum, se diz: ver, tocar, etc; que ao aplicar-se apenas a imaginação, enquanto esta se acha revestida de diversas figuras, se diz: recordar; que, ao aplicar-se a ela para formar outras novas, se diz: imaginar ou conceber; que, finalmente, ao agir só, se diz: compreende"*[8].

Esta força pode ser chamada ainda de entendimento puro ou imaginação ou memória. Segundo estas diversas funções, porém, é aplicado o nome de espírito sempre que se formule novas idéias na fantasia, ou se ocupe das já existentes.

Exposto as concepções acerca dos sentidos, do sentido comum, da força motriz e da força espiritual ou cognoscente, podemos agora aferir qual delas pode nos auxiliar na elaboração do verdadeiro conhecimento. Ora, excluindo-se a força espiritual, as demais nos apontam para as percepções advindas da exterioridade ou da res extensa. Portanto, como podem auxiliar o espírito, que é puro entendimento interior? É preciso afastá-las, pois estas não nos garantem distinção, clareza e ordem. São passíveis de confusão devido a ação perceptiva isolada, permitindo-nos acrescentar, que o obscuro não pode subsidiar ou mesmo corroborar com o que é claro e evidente. Enquanto o *entendimento* lida exclusivamente com a *idéia*, os sentidos lidam tão somente com a distinção do objeto enquanto *forma* ou *representação*. Logo, uma pluralidade não pode facilitar ao entendimento a *intuição*. Faz-se necessário rejeitar as idéias que das coisas se têm, desde que estas não exijam uma imediatez para que o resto se retenha mais facilmente na memória.

1.2. Por outro determinado objeto

Partindo para o segundo momento, Descartes sinaliza a necessidade de

> "*distinguir cuidadosamente as noções das coisas simples, das noções que a partir delas se compõem e ver numas e noutras onde pode residir o erro, a fim de o evitarmos, e quais as que se podem conhecer com certeza a fim de apenas delas nos ocuparmos.*"[9]

Isso significa dizer que é mais fácil compreender a definição de um triângulo em sua totalidade que fazer uma distinção entre o ângulo, a linha, o número três etc, contidos na figura. Ora, mais uma vez Descartes nos sinaliza a simplicidade, como sinônimo de necessidade, e a totalidade como requisitos basilares para a dedução final ou o conhecimento.

Todavia, o mundo é composto tanto de natureza simples como de natureza composta. Esta última é assim denominada, porque sua origem reside na experiência das sensações e da composição individual. Experimentamos tudo o que as sensações conseguem captar, a exemplo do frio, do medo, da alegria, do sabor e seus contrários. Ou ainda, do que ouvimos ou vemos. Porém, todas essas sensações são passíveis de erro ou ilusão. Em Descartes, esses termos são sinônimos e, estar iludido é estar enganado, equivocado. A desconfiança e a cautela que Descartes tem para com os sentidos é quase um apelo. Logo, está presente em todo seu pensamento, o que nos permite citar a primeira parte do *Discurso do Método*:

> "*Contudo, pode ocorrer que me engane, e talvez não seja mais do que um pouco de cobre e vidro o que eu tomo por ouro e diamantes*" [12]

O ponto central do cartesianismo é, sem dúvida, a distinção do verdadeiro e do falso. O projeto cartesiano é conduzir bem a razão para que esta não se deixe levar pelo engodo que os sentidos oferecem. Reside no sujeito a capacidade de distinção entre o verdadeiro e o que se apresenta na condição de simulacro. A verdade, então, é entendida como um bem daquele que pensa metodicamente. O cogito, primeira evidência cartesiana, remete necessariamente à consciência, porém, não encerra uma verdade. Todavia, estabelece o primeiro elo de encadeamento da ordem relacional entre o pensamento e uma extensão e ainda, entre o pensamento e uma idéia. Neste sentido, não pertence a ele a capacidade de ajuizar, ou seja, de julgar algo que necessariamente é verdadeiro. Somente a razão, disciplinada pelo método, pode atestar um juízo. O pensamento cartesiano defende a distinção entre verdade e falsidade como um exercício possível a todos os espíritos livres da preguiça e da ingenuidade. Desse modo, aquilo que se apresenta espontaneamente, ou seja, sem direção, não deve ser concebido como critério de evidência de onde se possa desencadear uma ordem de relações. Consequentemente, as Ciências e a Filosofia não podem se sustentar num engano, na verossimilhança e nos costumes apreendidos pelos sentidos. Logo, desconhecer a razão metódica é permanecer na ciência do erro ou, em outras palavras, ciência com aparência de verdade. No entanto, o entendimento nunca se deixa enganar por qualquer que seja a experiência, desde que possa intuir precisamente sobre a coisa apresentada. Somente "*o entendimento do sábio*"[13] poderá fazer a distinção e o julgamento de tudo o que lhe for apresentado, quer seja pela imaginação, pelos sentidos e demais faculdades exteriores a ele. Concebendo os sentidos como os indicadores do erro ou da ilusão e a realidade composta de especificidades e ainda, admitindo os costumes como formadores de opinião inconsistente, Descartes conclui que "*só podemos ser enganados compondo nós próprios de certo modo as coisas em que acreditamos*" [14]

"(...)a dedução só se pode fazer, quer das palavras às coisas, quer do efeito à sua causa, quer da causa ao seu efeito, quer do semelhante ao semelhante, quer das partes às partes ou ao próprio todo(...)"[17]

Logo, dedução é relação cognoscente, que convoca o cógito a pensar a si mesmo e às possíveis relações exteriores.

Considerações finais

Guiado pelos princípios matemáticos, Descartes atesta a ação dos sentidos como os indicadores do erro nas Ciências e nas Filosofias. Para ele, o particular não comporta a simplicidade e a universalidade do geral. A especificidade de cada sentido alimenta os espíritos ingênuos habituados às verdades de aparência. Descartes não só distancia-se do conceito tradicional de Ciência e na Filosofia no momento em que adota a razão metódica como a única via segura para se conhecer, como também quando anuncia que somente esta é capaz de estabelecer uma ordem e comunicação de evidências que caracterizam o conhecimento. Logo, os sentidos não podem assegurar aquilo que eles desconhecem em sua prática.

No cartesianismo os sentidos apresentam instantaneamente ao homem uma realidade confusa, desprovida de hierarquia e de ordem. Em contrapartida, a razão instaura a investigação cognoscente, obedecendo aos princípios de universalidade e necessidade. Não mais o arrebatamento de uma conclusão provisória e simplista, mas uma caminhada pontuada na ação reflexiva, onde o sujeito, livre de persuasão de qualquer natureza, constrói a verdade nas Ciências e na Filosofia. Se nos sentidos a ação decorre independente da vontade do sujeito, a razão, por sua vez, pode se auto-gestar, desde que disciplinada pelo método.

A distinção, a intuição e a dedução representam a tríade basilar para a apreensão do verdadeiro conhecimento. Mesmo agindo em momentos e graus diferentes, eles convergem para um único objetivo – O conhecimento, ressaltando ainda que distinguir, intuir e deduzir são atos da razão.

Para Descartes é indubitável a subordinação dos sentidos pelo entendimento, em decorrência do uso da razão metódica.

BIBLIOGRAFIA

DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Tradução Nova Cultural Ltda. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999. (Coleção "Os Pensadores")

_____. *Meditações*. Tradução Nova Cultural Ltda. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999. (Coleção "Os Pensadores")

_____. *Regras para a direção do espírito*. Tradução de João Gama. Rio de Janeiro: Edições 70.

NOTAS

[1] DESCARTES, René. *Regras para a direção do espírito*. Regra XII, p. 653.
[2] Idem, Ibdem. p. 65.
[3] DESCARTES, René. *Discurso do Método*. p. 49.
[4] Idem. *Meditações*.Primeira Meditação, p. 250.
[5] DESCARTES, René. *Regras para a direção do espírito*. p. 69.
[6] Idem. Ibdem. p. 69.
[7] Idem. p. 70.
[8] Idem. Ibdem. P. 70.
[9] Idem. p. 71.
[10] DESCARTES, René. *Meditações*. Segunda Meditação, p. 265.
[11] Idem. *Regras para a direção do espírito*. p. 75.
[12] Idem. *Discurso do Método*. p. 36.
[13] Idem. *Regras para a direção do espírito*. p. 76.
[14] Idem. Ibidem. p. 77.
[15] Ibidem. p. 78.
[16] Ibidem. 79-80.
[17] Idem. p 81.